

CONTRATO DIPRE/ 09.2017

**CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA
DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP E A
SHELTER CURSOS EM PROTEÇÃO E SEGURANÇA
MARÍTIMA LTDA - ME.**

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), bairro do Macuco, CEP: 11015-900, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botelho de Oliva, e seu Diretor de Administração e Finanças, Sr. Francisco José Adriano, e, de outro lado, a SHELTER CURSOS EM PROTEÇÃO E SEGURANÇA MARÍTIMA LTDA - ME, adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.648.861/0001-83, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua da Quitanda, 191/Sobreloja - Centro, CEP: 20091-005, representada, neste ato, pelo seu Sócio Administrador, Sr. Omar Amilcar Temer Junior, firmam o presente Contrato, consoante deliberação da Diretoria-Executiva da CODESP, em sua 1792ª Reunião (ordinária), realizada em 08/12/2016, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 25, inciso II c.c. art. 13, VI da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a prestar, para a CODESP, serviço de ministrar o curso Conhecimentos Náuticos para Operador VTMS, para ocupantes do cargo de EP-Controlador de Tráfego Marítimo, com 120 horas de carga horária, tudo de conformidade com a proposta técnica e comercial da CONTRATADA, sob referência PS SH_CODESP 04 07 2016 v1, datada de 27/12/2016, a qual para todos os efeitos, fica fazendo parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

As atribuições pertinentes a este Contrato serão desenvolvidas por profissionais técnicos da CONTRATADA constante de sua proposta, ficando a mesma responsável por seus salários, benefícios e encargos sociais correspondentes.

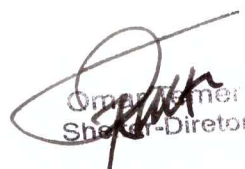
Parágrafo Segundo

Todas as atividades a serem realizadas pela CONTRATADA, que gerem trabalhos escritos ou sejam prestados mediante a participação da CONTRATADA em reuniões, no âmbito interno e externo da CODESP, serão solicitados por escrito, com a fixação dos temas que lhe são objeto, da forma e do prazo em que deverão ser desenvolvidos ou da data agendada para as reuniões, se esta for a hipótese.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O curso terá a duração de 120 horas aula, ou seja, três semanas no total. Destas, duas semanas (80 horas aula) em sala de aula, no Rio de Janeiro, e na terceira semana (40 horas aula) a bordo de uma embarcação na cidade de Santos.




Omar Tamer
Super-Diretor


PORTO DE
SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O preço global do curso, fixo e irrevogável, é de R\$ 69.100,00 (sessenta e nove mil e cem reais).

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva fatura/nota fiscal, após a conferência e o aceite dos serviços pela CODESP e ainda, a apresentação da devida Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Fiscais, em cumprimento as disposições constantes nos artigos 27, IV, 29 V, e 55 XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro

A CODESP reterá os encargos a que se refere o disposto no Art. 34 da Lei Federal nº 10833/2003, de 29/12/2003 (Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 11/01/2012), e quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no Art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo Segundo

Incidirá atualização financeira sobre o valor da fatura, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, pela variação "pro rata die" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

O serviço, objeto deste Contrato, está sujeito a retenção de impostos conforme legislação vigente no mês do serviço executado.




Osmar Temer
Shelter-Diretor



Parágrafo Quarto

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de seus trabalhadores que executaram os serviços contratados no mês em referência;
- b) cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida, ficando expressamente estabelecido que a responsabilidade pelos recolhimentos do FGTS e contribuições ao INSS, será exclusivamente da CONTRATADA; e
- c) comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida.

Parágrafo Quinto

Para o pagamento da última nota fiscal/fatura, a contratada, além de apresentar os documentos referidos no subitem anterior, até o último mês de prestação do serviço, deverá apresentar a comprovação do pagamento das verbas rescisórias, se houverem demissões em razão do término de contrato.

Parágrafo Sexto

A contratada obriga-se a manter as condições de sua Proposta durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

Para fiscalizar o cumprimento e o fiel atendimento às presentes disposições contratuais, objetivando a boa execução e qualidade dos serviços prestados, a CODESP, através do Gestor deste Contrato, designará representantes – doravante denominados simplesmente Fiscalização –, que terá amplos poderes para inspecionar e acompanhar os serviços, comprometendo-se a mesma em facilitar e permitir o acesso a todas as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo Primeiro

Todas as ordens de serviço, instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não se tomando em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Segundo

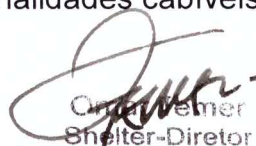
A CONTRATADA obriga-se a retirar ou afastar dos serviços qualquer empregado, contratado ou preposto que, a critério da Fiscalização, for julgado prejudicial à disciplina observada nas dependências do Porto de Santos, sem responsabilidade ou ônus para a CODESP.

Parágrafo Terceiro

A Fiscalização poderá sustar ou mandar refazer quaisquer serviços que não atendam às especificações e demais requisitos previstos para tais trabalhos, ficando estabelecido que qualquer falha de execução dos serviços importará na notificação da CONTRATADA, para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



C:\DOCS\CONTRATO\INEXIGIBILIDADE\2017\SHELTER-2017.doc
EXPEDIENTE Nº 45395/16-19


Shelter-Diretor



Parágrafo Quarto

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, que o receberá da mesma Fiscalização, devidamente informado, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto

Além da fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços ora contratados, a CONTRATADA se obriga a permitir que a Auditoria Interna da CODESP e/ou Auditoria Externa por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos da CONTRATADA que digam respeito aos serviços prestados à CODESP.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre os serviços objeto deste instrumento contratual, não significa que fique retirada, nem mesmo reduzida, a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a CONTRATADA a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste Contrato, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que venha a causar à CODESP e/ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro

Nos trabalhos a serem executados por força do presente instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a usar moderna e perfeita técnica, com pessoal de serviço, quer de direção, como de execução, de reconhecida competência e aptidão, devendo manter, no local dos trabalhos, um preposto autorizado e capacitado a se entender com

a Fiscalização da CODESP.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA deverá transferir para a CODESP ou manter sob sua guarda, todo o material e informações, sendo-lhe vedada a divulgação dos dados internos da CODESP, sigilosos ou não, ressalvado o direito de apontar em seu currículo os trabalhos executados e suas características gerais.

Parágrafo Terceiro

A CODESP não assumirá qualquer responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais ou equipamentos da CONTRATADA, depositados nos locais dos serviços.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, sem expressa autorização da CODESP, a execução dos serviços, autorização essa que, se concedida, não retirará nem diminuirá a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto

Ficará a cargo da CONTRATADA solicitar, junto à CODESP e às demais autoridades do Porto, as licenças e autorizações necessárias para o ingresso na faixa portuária de seu pessoal, equipamentos e veículos a serem empregados nos serviços, visando o atendimento deste Contrato.

Parágrafo Sexto

Constituem-se, também, obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer toda a mão-de-obra e materiais necessários à execução dos serviços

objeto deste Contrato;

- b) executar todos os trabalhos previstos, obedecendo as normas aplicáveis, além das técnicas e práticas mais recomendáveis para cada caso;
- c) não divulgar quaisquer dados internos da CODESP (sigilosos ou não), relatórios, ou fornecer a terceiros informações relacionadas com os serviços prestados, salvo com autorização da CODESP;
- d) exigir que seu pessoal, quando nas dependências da CODESP, observem as normas disciplinares, regulamentares e de segurança vigentes;
- e) manter seus funcionários portando cartão de identidade (crachá) e todos os equipamentos individuais de proteção;
- f) observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Parágrafo Sétimo

Constitui, ainda, obrigação da CONTRATADA — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista, assumindo a mesma CONTRATADA inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, por todo seu pessoal, como única empregadora, reconhecendo expressamente que, em hipótese alguma se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CODESP.

Parágrafo Oitavo

Os danos materiais ou pessoais que porventura venham a decorrer dos serviços executados, pela CONTRATADA, são de sua inteira responsabilidade, obrigando-se a

mesma CONTRATADA a repará-los imediatamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,5% (meio por cento) do valor global do Contrato correspondente aos serviços prestados, por dia de atraso na entrega e/ou na conclusão do curso, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CODESP;
- c) multa de até 2% (dois por cento) do valor global do presente Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao

Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso, será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas neste Contrato ou em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CODESP

A CODESP deverá:

- a) Fornecer o currículo vitae dos alunos participantes com as informações necessárias para matrícula nas atividades;
- b) Disponibilizar embarcação para a realização das atividades práticas da Semana 3, por 8 (oito) horas diárias, que possua as seguintes facilidades mínimas e em bom estado de funcionamento:
 - equipamento radar;
 - mesa de navegação no passadiço para emprego de uma carta de navegação;
 - agulhas giroscópicas e magnética e
 - equipamento AIS.
- c) Disponibilizar uma sala de aula adequada para a realização do *debriefing* diário após a realização das atividades práticas da Semana 3;

- d) Fornecer alimentação para os participantes das atividades práticas da Semana 3, a bordo da embarcação;
- e) Arcar com as despesas dos alunos para os períodos de curso e treinamento na cidade do Rio de Janeiro, como: passagens, hospedagens, alimentação, transporte urbano e traslados e
- f) Indenizar a Contratada nos valores mencionados no item 5, dentro dos prazos de pagamento determinados.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) se os serviços a que este se refere forem transferidos a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) se houver morosidade inexplicável na execução dos serviços, sem causa devidamente justificada e aceita pela CODESP;
- c) se a CONTRATADA apresentar resultados insatisfatórios do ponto de vista técnico, a critério da CODESP;
- d) se a CONTRATADA falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- e) se a CONTRATADA, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula Sétima deste Contrato;
- f) se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da Fiscalização, e
- g) se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas no presente Contrato e na sua Proposta.

Parágrafo Primeiro

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Segundo

Não havendo culpa da CONTRATADA e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual serão pagos os serviços porventura executados e aceitos, com o que a CONTRATADA, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, ouvida a Contratada, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem as suas alterações, e em preceitos de direito privado em caso de insuficiência dessa Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

O foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Gerência de Carreira – GECAR, da CODESP.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG, da CODESP.

E por estarem de acordo, CODESP e CONTRATADA assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

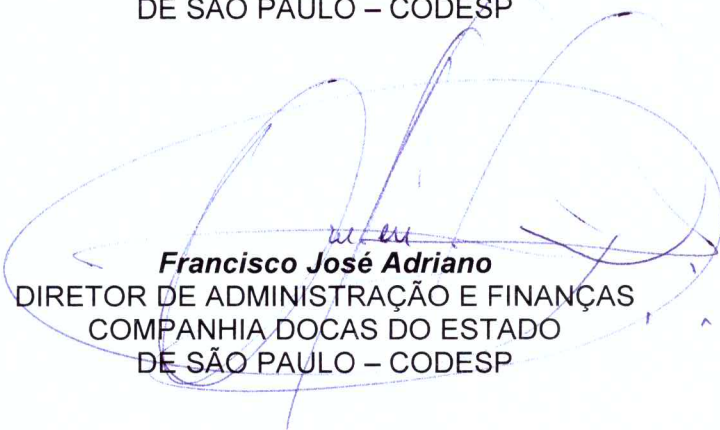
Santos, 31 de janeiro de 2017.



José Alex Botelho de Oliva
DIRETOR-PRESIDENTE
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Omar Amílcar Temer Junior
SÓCIO-ADMINISTRADOR
SHELTER CURSOS EM PROTEÇÃO E
SEGURANÇA MARÍTIMA LTDA - ME



Francisco José Adriano
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP

TESTEMUNHAS:


1)

Nome:
RG.:


Marcos Castro Alves
RG 25.745.640-5

2)

Nome:
RG.:


Mario Lucio Pereira da Silva
Técnico de Serviços Portuarios
RG 14 749 622-6